

Diagnóstico Deprimente

Com a precisão de renomado cirurgião, o ministro da Saúde, Adib Jatene, pôs o dedo na questão social ao afirmar na semana passada, depois de conferir a falta de saneamento básico no Norte-Nordeste e na periferia dos grandes centros urbanos, que a população precisa se organizar para defender as prioridades sociais.

Do contrário, acrescentou, o pouco dinheiro disponível irá naturalmente para obras menos urgentes diante da pressão dos poderosos *lobbies* das empreiteiras e dos políticos que, à falta de melhor informação dos eleitores sobre os seus direitos, exploram o clientelismo, e atuam como intermediários da aplicação do dinheiro público.

O ministro da Saúde trabalha num nível do Primeiro Mundo: é um especialista em doenças do coração. Como seu diretor, e a ajuda de gordas verbas federais, Jatene transformou nos anos 70 o Instituto do Coração, em São Paulo, num hospital digno do Primeiro Mundo. Isso só reforça o triste diagnóstico que fez do péssimo estado da saúde pública no país. Diante da falta de investimentos na medicina preventiva, o Brasil estaria mais precisando de sanitaristas do que de médicos especialistas.

O desalento do cirurgião Adib Jatene prende-se ao fato de que as medidas de prevenção — como o tratamento de água e esgoto, o combate às endemias e a vacinação — exigem pouco dinheiro, e embora não estejam à vista do eleitor, têm efeito duradouro (65% das internações hospitalares decorrem de doenças causadas pela falta de saneamento). Apesar disso, os políticos preferem obras de cunho social duvidoso que aparecem, como pontes e viadutos. É que elas servem de palanque para pedir votos como realizadores, e, de quebra, proporcionam altos lucros para os empreiteiros e fornecedores que costumam lhes ser gratos.

O aparecimento de doenças como o cólera, a malária, o sarampo, a hepatite B e a doença de Chagas, não pode deixar de considerar os anos 70, quando o raciocínio tecnocrático tomou conta do país e concentrou o dinheiro oriundo dos impostos e do endividamento interno e externo em projetos de infra-estrutura, com prioridade para o crescimento econômico.

Diante do surto de meningite em São Paulo — cuja revelação o governo Médici tentou censurar

em plena euforia do *milagre brasileiro* — e da argumentação de que era preciso mais atenção à questão social, a resposta de quem decidia o destino dos gastos do Estado, foi: “primeiro vamos fazer o bolo crescer, para depois distribuir”.

O econômico não exclui o social. Os investimentos em educação, tecnologia, saúde, saneamento e transporte tornam o trabalhador mais feliz, capaz e produtivo. Mas os empresários, principais contribuintes do Estado, preferiam (e preferem), de maneira míope, gastos públicos que proporcionassem retorno financeiro mais rápido a seus negócios.

Privilegiaram-se hidrelétricas, usinas nucleares, estradas, portos e projetos do próprio Estado para fabricar insumos utilizados na indústria como aço, produtos petroquímicos e alumínio. Quando tais projetos ficaram prontos, o Estado estava falido financeiramente. O pior foi que a mão-de-obra desqualificada privou o Brasil da capacidade de competição em tecnologia e produtividade com as nações emergentes (os *tigres asiáticos*) e os países do Primeiro Mundo. Para agravar a situação, uma população doente e mal nutrida contribuiu para esgarçar as finanças da Previdência Social em gastos sem retorno nos hospitais.

Com os gastos públicos concentrados nos grandes centros urbanos, houve migração em massa em busca dos empregos e o conforto das cidades que atendiam às necessidades básicas da população. A corrida para as capitais logo inchou as suas periferias, ficando o Estado sem condições de fazer obras no ritmo exigido pela explosão populacional.

O Banco Mundial já provou sair mais barato uma obra de saneamento feita em parceria entre as prefeituras do interior e a população requisitada em mutirão. Do mesmo modo, uma obra viária em cidade pequena não exige as caras obras de arte dos grandes centros, onde o processo de mutirão é descartado, sendo as obras confiadas a empreiteiras especializadas. O caótico quadro social do Brasil exige critério e seriedade na aplicação dos recursos disponíveis. Um canal em Rio Branco, no Acre, não pode ter preferência sobre o saneamento da Baixada Fluminense, de Manaus, Recife, Salvador, Paraíba, São Luiz ou Belém, zonas mais populosas onde o cólera vingou por falta de redes de esgotos.